



MORBIMORTALIDADE DE DOENÇAS DE TRANSMISSÃO HÍDRICA E ALIMENTAR DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Nataly Salvatierra Sodré¹

Eliane Fraga da Silveira²

Nádia Teresinha Schröder³

O acesso à água potável e saneamento é essencial para garantia de diversos direitos, todavia, é violado para população brasileira mais vulnerável, afetando sua qualidade de vida. O objetivo do estudo foi relacionar a morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica e alimentar com indicadores socioeconômicos nos municípios sul-riograndenses. Trata-se de um estudo epidemiológico com abordagem espaço-temporal. A unidade de análise abrangeu os municípios do Rio Grande do Sul (RS), no período de 2017 a 2021. Os atendimentos hospitalares e óbitos do conjunto A001 a A009 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), foram coletados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), bem como as estimativas populacionais do Ministério da Saúde. Dessa maneira, foi calculada a Taxa de Internação Hospitalar (TIH) e a Taxa de Mortalidade (TM), ambas por 100 mil habitantes. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) de 2020 foi consultado no Departamento de Economia e Estatística (DEE) do RS. Assim, foi realizada a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), utilizando o *software* GeoDa v. 1.10 e mapa condicional para relacionar as três variáveis. De 2017 a 2021, somaram-se 31.312 casos e 613 óbitos por DTHA. Na avaliação do IDESE, o mapa condicional mostra que não há interação com os baixos valores da TIH e TM. No entanto, os municípios de Arroio Grande, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Charrua, Coronel Bicaco, Encruzilhada do Sul, Lagoão, Mampituba, Paraíso do Sul, Rosário do Sul, Vacaria e Viamão apresentaram baixo IDESE com a TIH e TM alta. A relação da alta morbimortalidade com os baixos índices socioeconômicos mostram áreas prioritárias para políticas públicas que garantam o direito à água limpa e saneamento aos gaúchos.

Palavras-chave: doenças transmitidas pela água; saúde pública; análise espacial.

¹ Aluna de mestrado PROSUP/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade, Universidade Luterana do Brasil, natalyssodre@gmail.com

² Orientadora, Docente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade, Universidade Luterana do Brasil, eliane.silveira@ulbra.br

³ Orientadora, Docente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade, Universidade Luterana do Brasil, nadia.schroder@ulbra.br